

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA SSP Nº 986, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 16-NM, de 1º de janeiro de 2015, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e o art. 6º, incisos I, II e III, da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, e,

Considerando a necessidade de otimizar e organizar as informações levadas a público através do site da Secretaria da Segurança Pública (www.ssp.to.gov.br);

Considerando a necessidade de evitar que informações sem fundamento sejam veiculadas;

Considerando a necessidade de manutenção da ordem na Secretaria da Segurança Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Todas as informações iminentes de veiculação no site da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins devem ser conhecidas e autorizadas pelo Secretário da Segurança Pública, pelo Delegado-Geral da Polícia Civil e/ou pelo Superintendente da Polícia Científica.

Art. 2º O descumprimento dessa Portaria importará em imediato encaminhamento aos órgãos Correccionais para a devida apuração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 09 de agosto de 2017.

Cesar Roberto Simoni de Freitas
Secretário de Estado da Segurança Pública

PORTARIA SSP Nº 1384, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42 da Constituição do Estado, e,

Considerando a necessidade de locação de imóvel para abrigar a Delegacia Regional de Polícia Civil, 1ª e 2ª Delegacia de Polícia Civil, DEAM e DECA de Colinas-TO;

Considerando que o imóvel escolhido preenche essa necessidade, em razão de sua localização, dimensões adequadas e preço compatível com o mercado imobiliário local;

Considerando, ainda o Parecer da Assessoria Jurídica desta Pasta de nº 458/2017, indicando a possibilidade jurídica para a locação do imóvel supracitado.

RESOLVE:

DECLARAR A DISPENSA DA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, nos termos do art. 24, inciso X, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, objetivando a locação do imóvel situado na Rua 03 nº 1.792, Centro Colinas- TO, para fins de instalação física da Delegacia Regional de Polícia Civil, 1ª e 2ª Delegacia de Polícia Civil, DEAM e DECA de Colinas-TO, em favor de Eduardo, Eduardo & França Ltda - ME, no valor mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelo período de 12 (doze) meses, perfazendo no período o montante total de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), conforme processo nº 2017/31000/2869.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, em Palmas, aos 06 dias do mês de novembro de 2017.

Cesar Roberto Simoni de Freitas
Secretário de Estado da Segurança Pública

PORTARIA SSP Nº 1385, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Define o modelo padrão do formulário de Alvará Policial Civil e os demais formulários a serem utilizados na atividade administrativa de fiscalização da Polícia Civil quanto aos Atos de Polícia Especializada previstos no Anexo IV do Código Tributário do Estado do Tocantins.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 16-NM, de 1º de janeiro de 2015, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado do Tocantins, e o parágrafo único do art. 12 da Resolução CSPC nº 004, de 25 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado nº 4.981, de 30 de outubro de 2017 e republicada para retificação no Diário Oficial 4.984, de 6 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Consoante determina o parágrafo único do art.12 da Resolução nº 004, de 25 de outubro de 2017, do Conselho Superior da Polícia Civil, é definido o modelo padrão do formulário de Alvará Policial Civil e os demais formulários a serem utilizados na atividade administrativa de fiscalização da Polícia Civil quanto aos Atos de Polícia Especializada, previstos no Anexo IV do Código Tributário do Estado do Tocantins, constantes do Anexo único a esta Portaria.

Art. 2º Fica o Delegado-Geral da Polícia Civil incumbido de providenciar a devida difusão dos formulários ora definidos nas Delegacias de Polícia subordinadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 6 de novembro de 2017.

Cesar Roberto Simoni de Freitas
Secretário de Estado da Segurança Pública

ANEXO ÚNICO À PORTARIA Nº 1.385

I - MODELO PADRÃO DE ALVARÁ POLICIAL CIVIL



ESTADO DO TOCANTINS
POLÍCIA CIVIL
(DELEGACIA DE POLÍCIA)

SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA
www.ssp.to.gov.br

ALVARÁ POLICIAL CIVIL
Nº /2017

MODALIDADE : (LICENÇA/AUTORIZAÇÃO)			
VIGÊNCIA: (ANUAL, MENSAL, DIÁRIA, POR EVENTO).			
FINALIDADE: (CONFORME ATIVIDADE CONSTANTE DO ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO CSPC Nº 004/2017)			
DADOS DO REQUERENTE			
Nome/Razão Social (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA – Conforme o caso)			
Nome Fantasia (Constante do registro da empresa)			
Endereço	Estado	Telefone	
Cidade	Estado		
CPF/CNPJ	Inscrição Estadual		
DELIBERAÇÃO			
Data de expedição	Valor da Taxa recolhida		
VALIDADE			

Atenção: Este ALVARÁ deverá estar em local visível ao público.

(NOME E ASSINATURA)
DELEGADO DE POLÍCIA

II - MODELO PADRÃO DE REQUERIMENTO DE ALVARÁ E CERTIDÃO POLICIAL

ESTADO DO TOCANTINS
POLÍCIA CIVIL
(DELEGACIA DE POLÍCIA)SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA
www.ssp.to.gov.br**REQUERIMENTO PARA OBTENÇÃO DE
ALVARÁ OU CERTIDÃO POLICIAL CIVIL****MODALIDADE:** ALVARÁ DE LICENÇA/AUTORIZAÇÃO OU CERTIDÃO DE VISTORIA
VIGÊNCIA: ANUAL/MENSAL/DIÁRIA/POR EVENTO/POR VISTORIA
FINALIDADE: (CONFORME ATIVIDADE CONSTANTE DO ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO CSPC Nº 004/2017)**DADOS DO REQUERENTE**

Nome/Razão Social			
Nome Fantasia (Constante do registro da empresa)			
Endereço		Telefone	
Cidade	Estado		
CPF/CNPJ	Inscrição Estadual		

REQUISITOS*Documentos que deverão acompanhar o requerimento, conforme exigência constante do Anexo único à Resolução CSPC nº 004/2017*

(LOCAL, DATA)

REQUERENTE/ASSINATURA

III - MODELOS PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE RESPONSABILIDADE QUANTO À SEGURANÇA INTERNA DO ESTABELECIMENTO OU EVENTO

ESTADO DO TOCANTINS
POLÍCIA CIVIL
(DELEGACIA DE POLÍCIA)SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA
www.ssp.to.gov.br**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE RESPONSABILIDADE**
(Pessoa física)

Eu, _____, brasileiro(a), estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade RG nº _____/Órgão expedidor, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado _____,

nos termos da Resolução CSPC Nº 004, de 30 de outubro de 2017, **DECLARO**, para que produza os efeitos legais e sob as penas da lei, **TER CIÊNCIA DA RESPONSABILIDADE QUANTO À SEGURANÇA INTERNA** para o funcionamento do (Estabelecimento ou Evento), comprometendo-me ainda em cumprir todas as normas pertinentes ao correto e regular funcionamento da atividade acima declarada.

Local e Data.

DeclaranteESTADO DO TOCANTINS
POLÍCIA CIVIL
(DELEGACIA DE POLÍCIA)SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA
www.ssp.to.gov.br**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE RESPONSABILIDADE**
(Pessoa jurídica)Eu, _____, brasileiro(a), estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade RG nº _____/Órgão expedidor, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado _____, responsável legal da Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede situada no endereço _____, nos termos da Resolução CSPC Nº 004, de 30 de outubro de 2017, **DECLARO**, para que produza os efeitos legais e sob as penas da lei, **TER CIÊNCIA DA RESPONSABILIDADE QUANTO À SEGURANÇA INTERNA** para o funcionamento do (Estabelecimento ou Evento), comprometendo-me ainda em cumprir todas as normas pertinentes ao correto e regular funcionamento da atividade acima declarada.

Local e Data.

Declarante – Representante Legal

IV - MODELO PADRÃO DE RELATÓRIO DE VISTORIA POLICIAL

ESTADO DO TOCANTINS
POLÍCIA CIVIL
(DELEGACIA DE POLÍCIA)SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA
www.ssp.to.gov.br**RELATÓRIO DE VISTORIA POLICIAL CIVIL****FINALIDADE:** (EMIÇÃO DE ALVARÁ OU CERTIDÃO POLICIAL, CONFORME ATIVIDADE CONSTANTE DO ANEXO ÚNICO À RESOLUÇÃO CSPC Nº 004/2017)**DADOS DO REQUERENTE**

Nome/Razão Social (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA – Conforme o caso)			
Nome Fantasia (Constante do registro da empresa)			
Endereço		Telefone	
Cidade	Estado		
CPF/CNPJ	Inscrição Estadual		

RELATÓRIO DE VISTORIA

(Art. 17º da Resolução CSPC Nº 004/2017)

(*) Art. 17. A vistoria será executada por Policial Civil designado pela Autoridade Policial Titular da Delegacia de Polícia competente para o ato e se dará após a apresentação da documentação exigida para a atividade desejada, objetivando verificar se o empreendimento ou atividade se enquadra na categoria declarada pelo requerente e atende aos requisitos legais do Código de Posturas do Município, se houver, e legislação correspondente. Parágrafo único. Após conferir os critérios técnicos acima relacionados, o policial fará relatório circunstanciado acompanhado de levantamento fotográfico, emitindo o seu parecer dirigido ao Delegado de Polícia responsável pela emissão do Alvará.

PARECER

Após conferir os critérios técnicos acima relacionados, manifesto-me:

- PELA EMISSÃO DO ALVARÁ POLICIAL
- PELA NÃO EMISSÃO DO ALVARÁ POLICIAL

(LOCAL, DATA)

POLICIAL CIVIL/ASSINATURA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO
DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

PROCESSO: 2017/31000/2789

TERMO ADITIVO: 2º

PARTÍCIPES: Secretaria da Segurança Pública e Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.

OBJETO: Alteração das seguintes cláusulas do Termo de Cooperação: cláusula Décima Segunda, Cláusula 2.1.11 do Anexo I e cláusula 2.2.9 do Anexo I.

VIGÊNCIA: 1º/12/2017 até 30/11/2018.

DATA DA ASSINATURA: 07 de novembro de 2017.

SIGNATÁRIOS: Cesar Roberto Simoni de Freitas - Secretário

Alankardek Ferreira Moreira - Diretor de Relações Institucionais

Alessandro Brum - Diretor Técnico e Comercial